

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^{fa}. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidade de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEl)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Magda de Abreu Vicente
(FURG) | Caroline Braga Michel (FURG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Aspecto de sala de aula do Colégio Agrícola
Visconde da Graça (1924) – acervo Profa. Dra. Magda de
Abreu Vicente

Pareceristas ad hoc:

Ariane dos Reis Duarte | André Luiz de Oliveira Fagundes |
Chéli Nunes Meira | Chris de Azevedo Ramil | Dione
Lihtnov | Estela Denise Schütz Brito | Estela Maris
Reinhardt Piedras | Fernando Cezar Ripe da Cruz | Filipi
Vieira Amorim | Itamaragiba Chaves Xavier | Jaqueline de
Gaspari Piotrowski | Jeane dos Santos Caldeira | Joseane
Cruz Monks | Lisiane Sias Manke | Lislaine Sirsi Cansi
| Lucas Grimaldi | Maria Augusta Martiarena | Paula Corrêa
Henning | Raquel Azambuja Santos | Rita de Cássia Grecco
dos Santos | Sabatha Catoia Dias | Wellington Freire
Machado | Valesca Brasil Costa

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2023/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Educação e História: Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.28, n.2, jul. 2023. – Pelotas: UFPel/NDH, 2023 – 261 p. ; 12,2MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Educação 3. Memória

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Magda de Abreu Vicente Caroline Braga Michel</i>	08
DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS <i>Eliane Peres</i>	15
A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY: A SEARCH REPORT <i>Fabiola Mattos Pereira Angelita Soares Ribeiro</i>	38
O IR E VIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NO CURSO DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA THE COMING AND GOING OF BRAZILIAN EDUCATIONAL LEGISLATION IN THE COURSE OF THE HISTORY OF TEACHER TRAINING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION <i>Elisane Ortiz de Tunes Cristhianny Bento Barreiro</i>	56
BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) <i>Jailson Valentim dos Santos</i>	80
IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO NAS ESCOLAS REAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DE UM DESAFIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERNSHIP IMPLEMENTATION IN REAL SCHOOLS: A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF A STRUCTURAL CHALLENGE OF TEACHER TRAINING POLICIES <i>Valdeniza Maria Lopes da Barra</i>	96

- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)**
 CHILDCARE IN MARANHÃO PROVINCE: THE BROTHERHOOD OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)
Rosyane de Moraes Martins Dutra 115
- LAS CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y EMOCIONALIDAD EN LAS INFANCIAS A TRAVÉS DE LOS TEXTOS DE LECTURA ESCOLAR. URUGUAY 1900-1930**
 THE CONSTRUCTIONS OF GENDER AND EMOTIONALITY IN CHILDHOOD THROUGH SCHOOL READING TEXTS. URUGUAY 1900-1930
Silvana Espiga | Paola Dogliotti 128
- A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**
 THE CLASSIFICATORY DIMENSIONIN SCHOOL GROUPS FROM CAMPO GRANDE (1958-1969)
Helen Caroline Valdez Monteiro 153
- CADA AGORA CONTÉM MUITOS ANTES E DEPOIS, CADA AQUI CONTÉM MUITOS ALIS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**
 EACH NOW CONTAINS MANY BEFORES AND AFTERS, EACH HERE CONTAINS MANY THERES: TEACHER'S AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Miriã Lúcia Luiz | Bruna Mozini Subtil | Brunna Terra Marcelino | Mariana Dall Orto dos Santos 175
- O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL**
 THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE
Joatan Nunes Machado Junior | Juliana Césarío Hamdan 200
- MEMÓRIAS DISCENTES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ELOS DE UM PERCURSO FORMATIVO**
 STUDENT MEMORIES ABOUT SCHOOL SUPPLIES CULTURE AND TEACHER TRAINING: LINKS IN A TRAINING PATH
 RECUERDOS ESTUDIANTILES SOBRE LA CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE: ENLACES DE UN TRAYECTO DE FORMACIÓN
Caroline Braga Michel | Alessandra Amaral | Magda de Abreu Vicente 214

**A PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE COMENTÁRIOS E DESCRIÇÕES EM POSTS DA
INTERNET NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

THE PROBLEMATIZATION OF THE USE OF COMMENTS AND DESCRIPTIONS ON
INTERNET POSTS IN RESEARCH IN THE HISTORY OF EDUCATION

Maria Augusta Martiarena | Bruna Luiz dos Santos

230

**ARQUITETURA ESCOLAR: O PROJETO PADRÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA
PARA 500 ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL**

SCHOOL ARCHITECTURE: THE STANDARD DESIGN OF ECLECTIC ARCHITECTURE
FOR 500 STUDENTS IN RIO GRANDE DO SUL

Lisiê Kremer Cabral | José Henrique Carlucio Cordeiro

245

BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002)

KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002)

COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002)

Jailson Valentim dos Santos¹

Resumo: O artigo tem por objetivo problematizar o papel do acervo documental de uma professora de Arte e sua contribuição à História do Ensino de Arte no Rio Grande do Norte. Destaca a importância que têm os arquivos privados às construções historiográficas e elege, como objeto de análise, o acervo pessoal de Maria Francisca Moreira (Angicos-RN, 07/10/1939 -), referente à sua formação acadêmica inicial, bem como ao seu fazer docente durante os primeiros anos da década de 1960. Para tanto, considera itens como certidões, livros, jornais e material iconográfico da sua coleção de guardados. A análise desses documentos favoreceu reflexões acerca da atuação docente da professora potiguar e sua relação com a memória, a história, a educação e a arte, possibilitando a compreensão da formação docente e do ingresso nos quadros profissionais da Rede Pública de Ensino do Estado, nos anos de 1960.

Palavras-chave: Historiografia, memória, fonte documental, formação docente em Arte.

Abstract: The article aims to problematize the role of the personal collection of an Art teacher and its contribution to the History of Art Teaching in Rio Grande do Norte. It highlights the importance that private archives have for historiographic constructions and chooses, as an object of analysis, the collection of Maria Francisca Moreira (Angicos-RN, 10/07/1939 -), referring to her initial academic training, as well as her teaching during the early 1960s. To do so, it considers items such as certificates, books, newspapers and iconographic material from its collection. The analysis of these documents favoured reflections on the teacher's teaching performance in Rio Grande do Norte and her relationship with memory, history, education and art, enabling the understanding of teacher training and entry into the professional staff of the Public Education Network of the State, in the years of 1960.

Keywords: Historiography, memory, documentary source, teacher training in Art.

Resumen: El artículo tiene como objetivo problematizar el acervo documental de una profesora de Arte y su contribución a la Historia de la Enseñanza del Arte en Rio Grande do Norte. Destaca la importancia que los archivos privados tienen para las construcciones historiográficas y escoge, como objeto de análisis, la colección de Maria Francisca Moreira (Angicos-RN, 07/10/1939 -), refiriéndose a su formación académica inicial, así como a ejerciendo la docência durante los primeros años de la década de 1960. Para ello, considera elementos como certificados, libros, diarios y material iconográfico de su colección. El análisis de estos documentos favoreció reflexiones sobre la actuación docente de la profesora en Rio Grande do Norte y su relación con la memoria, la historia, la educación y el arte, possibilitando la comprensión de la formación docente y el ingreso en el cuadro profesional de la Red de Educación Pública del Estado, en los años de 1960.

Palabras clave: Historiografía, memoria, fuente documental, formación del profesorado en Arte.

¹ Professor/artista/pesquisador vinculado às redes públicas de ensino do Rio Grande do Norte e Paraíba. Possui formação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel; Especialização em Ensino de Artes, pela Universidade Cândido Mendes – UCAM e; Mestrado em Artes Visuais pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais das Universidades Federal da Paraíba e Pernambuco – UFPB/UFPE. Vencedor do XX Prêmio Arte na Escola Cidadã (2019), na Modalidade EJA. E-mail: valentim8@yahoo.com.br

Notas introdutórias

Fiquei pessoalmente tocado quando me deparei com o acervo documental da professora de arte Maria Francisca Moreira (07/10/1939, Angicos-RN -) depois de visitá-la em sua residência, situada no bairro de Neópolis, em Natal-RN, em outubro de 2019. Percebi, na ocasião, a potencialidade daquele conjunto de documentos salvaguardados em pastas e álbuns fotográficos, habitando um fundo de baú. De imediato, observei que eram registros de uma vida profissional capaz de interessar a História da Educação do Rio Grande do Norte, mais especificamente, a História do Ensino de Arte no contexto potiguar, pelo valor simbólico e afetivo que cada item possuía. Foram mais de 40 anos que a professora passou se dedicando à docência nas redes Estadual e Municipal de Natal, ficando subordinada a três legislações diferentes: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4.024/1961; Reforma Educacional do Ensino de 1º e 2º graus nº 5.692/1971 e; LDB nº 9.394/1996.

O artigo, portanto, irá tratar desse acervo pessoal, considerando que diversos documentos trazem indícios de uma brilhante trajetória profissional experienciada no chão das escolas públicas de Natal-RN. Esses documentos foram acumulados de maneira casual, à medida em que iam sendo produzidos no cotidiano, fosse no contexto das burocracias administrativas ou das práticas pedagógicas. A maioria dessa empiria tinha função oficial; no entanto, esse material, ao ser ressignificado, vem a público e passa a ter um sentido social e histórico. Como a professora já cumpriu com suas funções laborais e hoje goza do merecido descanso e da aposentadoria, os documentos já não carregam mais o apreço da cena originária, no entanto, parecem adquirir outro caráter na medida em que falam “do outro”, “de uma ausência” (CERTEAU, 2021, p. 56).

O texto fica restrito aos contornos da trajetória estudantil e formativa da professora, explanando sobre sua primeira atividade profissional, iniciada antes mesmo de concluir o “Curso Pedagógico”, ou Magistério, que corresponde hoje em dia ao Ensino Médio. Relatos orais, coletados a partir de diálogos estabelecidos com a professora Maria Francisca Moreira foram aproximados às fontes selecionadas, de controle administrativo, como diplomas, certidões, históricos escolares e carteirinhas estudantis; ademais, fontes iconográficas e objetos relativas ao tema, de natureza pessoal também foram objeto de análise. A escolha pelo diálogo é devida a alguns problemas de saúde que afetam a vida da professora e, como tenho proximidade com a família e frequentemente fico hospedado em sua residência, deixo que ela determine o melhor momento para conversar sobre a sua vida profissional. A investigação segue preceitos metodológicos e aporte teórico da História Cultural, aproximando-se da História da Educação e da Arte/Educação, enquanto epistemologia do Ensino de Arte. O objetivo da pesquisa é compreender como os processos formativos foram vivenciados pela professora potiguar e que soluções ela encontrou para superar as adversidades que atravessavam sua própria formação acadêmica, a dos estudantes e o cotidiano escolar.

Ao trazer à luz essas fontes, também construo uma narrativa sobre o percurso profissional desta professora de Arte que deu relevante contribuição à educação da

sensibilidade² no Estado. Destarte, explicitar a história de Maria Francisca Moreira é se deparar com várias facetas de uma trajetória docente marcada pelo compromisso social e político de uma professora vinculada à Rede Pública de Ensino e que fez da arte e da docência uma experiência de vida. Ela soube atuar nos interstícios do sistema político/educacional, encontrando seu jeito de expandir seus horizontes docentes-artísticos e de ousar ao propor situações de aprendizagens em sala de aula que fugiam do modo convencional, desdobrando-se em arte e criatividade. Sua trajetória de vida profissional estava conectada com o Ensino de Arte polivalente, mas ela não deixou de considerar a realidade sociocultural dos estudantes, especialmente quando utilizava a magia da arte para dialogar com as classes oprimidas. Essa era apenas uma faceta dessa mulher potiguar, empenhada em encontrar sentido para o seu fazer pedagógico e de produzir sonhos e encantamentos nas mentes e nos corações de crianças e jovens da periferia de Natal.

No seu exercício docente, Maria Francisca acumulou documentos e produziu registros fotográficos que remetem aos conjuntos de situações que aparecem no dia a dia das escolas, como se tivesse o dever de guardar e reproduzir a memória do Ensino de Arte nos anos de 1963 até 2002, quando atuou como professora de Arte. Acessar esse “fundo documental” é trabalhar em favor da preservação e da difusão da informação, pois essas produções testemunham os fatos ocorridos e servem de provas por sua autenticidade, como sugere Heloisa Liberalli Bellotto (2009). Aliás, para esta estudiosa:

Fundo documental é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural [...] (BELLOTTO, 2009, p. 128).

O acervo da professora Maria Francisca inclui peças documentais como diplomas, certificados, livros, iconografias e objetos que se tornaram a minha fonte de consulta e análise, pois é sabido que todo trabalho historiográfico requer um movimento do historiador no sentido de buscar acessar as marcas do vivido. Michel de Certeau (2021) ressalta que

O trabalho histórico, inclusive em seu aspecto de erudição, não se limita, portanto, a reunir objetos encontrados, mas incide essencialmente sobre a correlação entre eles. Ao combinar a multiplicação dos vestígios (papel da erudição) e a invenção das hipóteses ou de pertinências (papel da teoria), ele instaurou um

² A compreensão do termo “educação da sensibilidade” abrange os fenômenos estésicos e estéticos, conforme defende João-Francisco Duarte Junior (2000, p. 177). Para o estudioso, trata-se de uma educação que reconhece o fundamento sensível de nossa existência e a ele dedica a devida atenção, propiciando o desenvolvimento e uma maior consciência do estudante. Em última análise, o pesquisador assegura que é uma educação “comprometida com a estesia humana, emerge como importante arma para se enfrentar a crise que acomete o nosso mundo moderno e o conhecimento por ele produzido” (*Idem*).

sistema de relações: mediante tal procedimento é que ele produz o conhecimento de um passado, ou seja, de uma unidade (biográfica, ideológica, econômica, etc.) já superado (ainda mesmo que haja “sobras” disso, retiradas de outros sistemas) (CERTEAU, 2021, p. 56).

Nessa perspectiva, as estudiosas da História da Educação Eliane Marta Lopes Teixeira e Ana Maria de Oliveira Galvão questionam e ao mesmo tempo asseguram que:

Mesmo em sua imponderabilidade, como ter acesso ao passado? Certamente através de traços que foram deixados, dos vestígios não apagados que representam ou que dizem sobre a vida de homens e mulheres das sociedades passadas. [...] sobre o que é a matéria-prima básica do historiador, sobre o que se encontra disponível ou procura e utiliza para fazer história: as fontes (LOPES; GALVAO, 2001, p. 77).

Com a colaboração da professora Maria Francisca, pude organizar elementos, (e relacioná-los), rememorar normas, resgatar valores e estabelecer sentidos reais ou simbólicos que traduzem o pensamento de uma época quanto à construção/transmissão de saberes escolares. Esse exercício de adentrar na intimidade profissional da professora permitiu instigá-la a relatar as experiências vivenciadas em sala de aula; desse modo, foi possível aproximar essas narrativas dos documentos e de uma compreensão histórica dos processos educacionais conforme ocorriam no período em que ela exercia a docência.

Para Joël Candau (2018), é importante estabelecer sentido entre os acontecimentos de uma vida, pois isso fortalece a identidade das pessoas. Na perspectiva do estudioso, “para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (a memória reconstituída, as maneiras de ‘ter por verdadeiro’) e a realidade factual: se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade” (CANDAU, 2018, p. 72). Nesse jogo de lembrar e esquecer, de revelar e ocultar, a memória anda intimamente ligada à identidade social que se pretende construir, ao mesmo tempo em que abre três possibilidades diferentes e complementares de memória:

Uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. [...] Somente a ação conjugada e unificadora dessas diferentes memórias pode nos ajudar a conceitualizar, para aceitá-la, nossa inscrição em um tempo. (CANDAU, 2018, p. 60).

Enxergo, portanto, as memórias da professora potiguar como um alimento capaz de nutrir a História do Ensino de Arte vivenciada no tempo e no espaço, podendo fortalecer a identidade docente/artista dos professores de Arte do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Rememorando o início de um percurso

Maria Francisca Moreira nasceu no dia 7 de outubro de 1939, no município de Angicos-RN. Sua mãe, Isabel Brígida Moreira, era natural de Acari-RN e atuava como costureira, além de cuidar dos afazeres domésticos. Seu pai, Antônio Moreira Sobrinho, era natural de Caicó-RN e ganhava a vida como comerciante. Na infância, a garotinha Maria Francisca recebeu a alcunha de “Baiquinha” da irmã Eufrásia, freira da cidade, e este apelido a acompanhou por toda a sua vida. Ela sempre foi muito esperta e povoava sua imaginação com as brincadeiras que inventava com suas três irmãs e três irmãos. No seu entender, não existia brincadeira de menina e brincadeira de menino, pois se aventurava em todas. Na rua, pulava corda, brincava de toca e corria com os meninos usando uma vara entre as pernas simulando um cavalo de pau. Para o estudioso Airton Negrine, as ‘necessidades que a criança apresenta ao exercitar-se, estão diretamente relacionadas com a afirmação do seu “eu”, e pensando nesse sentido é que entendemos a atividade da criança como exercício muito importante em seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem’ (NEGRINE, 2011, p. 19). Nesse sentido, destaco que Maria Francisca adorava o Galamarte, um brinquedo feito a partir de uma base vertical de madeira fixada no chão e outra na horizontal sobre esta, tendo, portanto, o formato de um “T”. Esta parte horizontal rodava, não sem antes lubrificar o eixo com sebo de carneiro, relembra a professora. Em cada ponta da madeira uma criança se pendurava e as demais empurravam para circular com bastante velocidade. “- Isso tudo garantia a diversão da criançada”, recorda. Ela ainda brincava de teatro e gostava das cantigas de roda e das adivinhações. Na compreensão de Negrine, “representar simbolicamente este ou aquele papel é, antes de mais nada, incorporar todos os ingredientes que compõem as representações. Aqui podemos situar os diversos fragmentos, sejam eles catalogados como cognitivos, afetivos ou psicomotores” (NEGRINE, 2011, p. 20). Em casa, a menina aproveitava as leituras dos cordéis que sua mãe, dona Isabel Brígida, fazia no final da tarde para a garotada. As contações de “estórias mal-assombradas” eram as suas prediletas e ficavam a cargo de Cícera, de Maria Sales, como era conhecida a vizinha, em Angicos. Ia frequentemente à casa de Balbina, artista que cultivava os valores das tradições africanas por meio da modelagem em argila. Curiosa, a professora aprendeu desde cedo a sovar o barro e produzir imagens e peças utilitárias para uso doméstico, como panelas, potes e alguidares, como se soubesse que “as atividades, que as crianças realizam em cada contexto para se divertir, retratam de certa forma a *cultura lúdica* dos povos” (NEGRINE, 2011, p. 20).

Apesar de já circular no Brasil o ideário escolanovista³, sua educação escolar tinha fortes traços tradicionais, com professoras ensinando o que o meio exigia delas. Não se problematizavam os conteúdos, sendo imputada aos estudantes a condição de passividade. Paulo Freire, analisando a metodologia de ensino pautada na transferência de conhecimento,

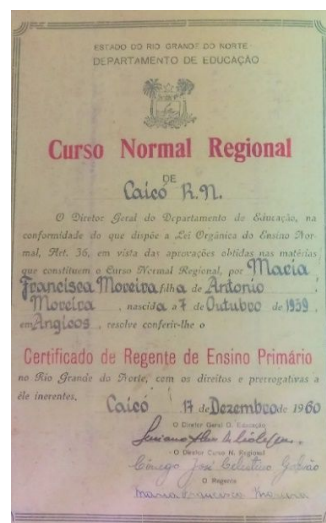
³ O ideário escolanovista surgiu no Brasil durante a década de 1920 e um de seus objetivos era substituir princípios individualistas, típicos do ensino tradicional, por fundamentos e ações que se voltassem à solidariedade e à cooperação social. A concepção do movimento Escola Nova buscava a renovação da mentalidade dos professores e do conjunto de práticas pedagógicas aplicadas na escola. Fernando de Azevedo foi um dos principais defensores dessas ideias no país.

chamou-a de “educação bancária” (FREIRE, 1996). Nesse período, a relação entre professor e aluno era de austeridade calcada na ideia de respeito total. Na turma de Maria Francisca, a professora regente não empregava mais à palmatória; no entanto, eram comuns os relatos de educadores que utilizavam este ou outros métodos punitivos durante as aulas. Do ponto de vista da arte, as aulas se restringiam aos trabalhos manuais e se falava muito, entre as mocinhas, em como administrar uma casa, desde a maneira de se portar à mesa até os cuidados com a decoração. Era elogiada a estudante a qual soubesse cozinhar e bordar, além daquelas que conheciam a modelagem e a costura.

Na sua cidade natal, Angicos, a jovem estudou na centenária Escola Estadual José Rufino, instituição fundada em 12 de março de 1912 (Imagem 1). Esta unidade de ensino se orgulha de ter educado ilustres intelectuais, professores e artistas da região central do Rio Grande do Norte, entre estas personalidades se encontra a professora Maria Francisca Moreira. Pensando em melhores condições formativas, a jovem angicana mudou-se em 1960 para o sertão do Seridó potiguar, onde tinha família, e se matriculou no recém-inaugurado Instituto de Educação de Caicó (edificação projetada pelo arquiteto modernista Moacyr Gomes da Costa). Neste ano, a jovem conquistou o “Certificado de Regente de Ensino Primário”, do Curso Normal Regional (Imagem 2).

Imagem 1: Com as colegas da E. E. José Rufino – Angicos, 1958.

Imagem 2: Certificado de Regente de Ensino Primário.



Fonte: acervo pessoal da professora.

Neste município seridoense, a professora ouviu falar pela primeira vez sobre figura rupestre, devido às dezenas de sítios arqueológicos espalhados no sertão seridoense. Sobre este solo sertanejo, ela também teve ótimas experiências com as expressões da cultura popular existentes na feira livre do município. Maria Francisca recorda os cantadores de coco,

os manipuladores de bonecos (calungueiros) e os poetas repentistas, os quais também declamavam cordéis. Sua lembrança passa pelos chapéus, bolsas e cestarias feitas em palha de carnaúba, além do trançado dos leques e abanadores de fogão (neste período, pouco se utilizava o gás natural para cozinhar, sendo comum a utilização do fogão a lenha ou a carvão) confeccionados com palha de coqueiro. Todos esses itens integram a riqueza do artesanato local e foram descobertos pela estudante devido as suas buscas ávidas e inquietações juvenis. Essas procuras da jovem pela arte e pela ludicidade presente na cidade “faz parte de apropriação de um saber, que progressivamente vai se instalando na conduta de um indivíduo, face ao seu *modus vivendi*?” (NEGRINE, 2011, p. 21). Nesse momento de sua vida, a garota despertou sua consciência para o magistério e desejou avançar com os estudos no campo da pedagogia, escolhendo esta carreira profissional para trilhar.

Enquanto me mostrava um de seus álbuns de fotografia, a professora relatou que os desfiles cívicos eram muito importantes para a formação acadêmica da juventude na década de 1960 (Imagens 3 e 4). Em 1962, Maria Francisca mudou-se para a capital do Estado, onde concluiu a 2ª e a 3ª série do Curso Pedagógico na Escola Normal de Natal, formando-se no final de 1963.

Imagem 3: Como porta bandeira da escola, em Angicos – 1960, ao lado da colega Gilcia, a direita.

Imagem 4: Desfile cívico em Caicó-RN – 1961.



Fonte: acervo pessoal da professora.

É importante destacar que neste período o artista Newton Navarro introduziu o Ensino de Arte modernista no Rio Grande do Norte, incentivado pelo movimento Escolinha de Arte do Brasil, ao inaugurar a Escolinha de Arte Cândido Portinari (EACP), em 1962, na capital, Natal (CARVALHO, 2008, p. 260). Em 1963, o educador Paulo Freire colocava esse Estado em evidência, ao realizar seu projeto pedagógico de alfabetização de adultos, pela primeira vez, fora dos limites territoriais de Pernambuco, tendo como berço o município de Angicos. Para tanto, foi utilizada justamente a Escola Estadual José Rufino, unidade de

ensino onde Maria Francisca havia estudado, como palco dessa experiência que ficou conhecida como as “40 horas de Angicos”.

Imagem 5: Lindalva, à esquerda, Maria Francisca, ao centro, e Débora, à direita – Natal/RN, 1963.



Fonte: acervo pessoal da professora.

O movimento gerado pela Educação Popular era noticiado pelos rádios e jornais da época e estas informações chegavam até a escola, gerando debates e discussões nos cursos de formação de professores, ou Cursos Pedagógicos, os quais formavam profissionais para atuar na educação básica. Questionava-se, por exemplo, a adoção de um plano político desenhado pelas elites regionais, no qual se acentuava o fosso existente na Educação, que distanciava essa mesma elite da população em geral. Também era problematizado, pelas professoras em formação, a quem servia o conjunto de instituições federais as quais deveriam atuar com os olhos no desenvolvimento da região. Todas essas discussões a fizeram enxergar o problema do analfabetismo no Rio Grande do Norte, percebendo que neste fato existia também uma oportunidade de trabalho, pois era uma jovem com poucos recursos financeiros e necessitava de condições favoráveis para continuar estudando e se colocar bem no mercado de trabalho.

“A inteligência está no cérebro e não nos pés...”

A frase “A inteligência está no cérebro e não nos pés...” é atribuída ao então prefeito de Natal, Djalma Maranhão, enunciada na ocasião em que foi criticado pela Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, dentro do movimento de

alfabetização popular que ocorreu de fevereiro de 1961 até abril de 1964. Este foi um período de grande mobilização e envolvimento de professores e da sociedade civil para combater o fantasma da ignorância e do analfabetismo no município de Natal, extensivo, posteriormente, a todo o estado do Rio Grande do Norte.

Por volta da década de 1960, o sistema educacional do município de Natal colapsou, faltando recursos financeiros para investir na formação e contratação de educadores, bem como em infraestrutura e construção de escolas. O analfabetismo atingia índices assustadores, quando pensamos que “na população acima de 14 anos, o mais alto era o do Nordeste (59,97%) e, em Natal, o Censo de 1960 revelara a existência de 60.254 analfabetos, cifra possível de ser decomposta em 35.810 crianças e 24.444 adultos” (GÓES, 1980, p. 66).

Nesse período, o município de Natal tinha aproximadamente 160 mil habitantes. Se por um lado havia o crescimento da população, por outro existia a diminuição das unidades de ensino, o que restringia a participação dos mais vulneráveis dentro dos processos educacionais. Podemos observar nos registros do estudioso José Willington Germano que

A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez unidades de ensino. Da mesma maneira, o número de “escolinhas” mantidas pela prefeitura descera de 120 em 1958 para 86 em novembro de 1960, e tinha mais de trinta mil analfabetos (adultos e crianças) sem escolas (GERMANO, 1989, p. 99).

Durante o ano de 1963, a professora Maria Francisca participou da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, que foi liderada pelo então Secretário de Educação de Natal, Moacyr de Góes (Natal-RN, 1930 – 2009), na gestão de Djalma Maranhão. Devido à falta de professores na capital do Estado à época, ela foi convidada a participar do projeto pelo então diretor de Ensino Omar Fernandes Pimenta, pois conhecia a professora e era responsável pelo recrutamento das “professorinhas da prefeitura” (assim elas eram chamadas). Normalmente, as pessoas que desejavam trabalhar na Campanha precisavam ser indicadas pelas lideranças comunitárias e, depois de concluir o Curso Emergencial, passavam a trabalhar como professoras em prol de uma educação popular e emancipatória.

Mesmo ainda fazendo o Curso Normal, Maria Francisca frequentou, no contraturno, o Curso de Emergência da Campanha, com duração de quatro meses. As aulas eram diárias e oferecidas pelo Centro de Formação de Professores da Prefeitura de Natal. Na concepção de Moacyr de Góes, esse curso disponibilizava um cabedal técnico-científico inicial para as jovens ingressantes na docência embasarem suas aulas. Além do mais,

O Círculo de Leitura amplia seus horizontes culturais; o assessoramento das orientadoras e do Grupo de Trabalho de Educação Popular lhe dá segurança; a Associação do Bairro e o vereador criam para ela condições políticas favoráveis;

o Prefeito prestigia o seu trabalho, visitando-a e valorizando-a em face da comunidade; os Círculos de Pais e Professores, dos quais ela é parte, discutem e encaminham soluções para os problemas do bairro; imprensa, intelectuais, políticos divulgam o seu trabalho (GÓES, 1980, p. 106).

A própria Maria Francisca ressalta a importância da experiência vivenciada por ela com a Educação Popular, no início de sua carreira no magistério do Rio Grande do Norte. Ela salienta que trabalhou durante o ano de 1963 como monitora do curso de Artesanato, expandindo suas atividades à recreação e ao trabalho lúdico. Isso tudo aconteceu junto a jovens e adultos, na perspectiva da Campanha “De pé no chão também se aprende uma profissão”. Esse projeto de Educação Popular vivenciado no Estado durou de fevereiro de 1961 até abril de 1964, quando a Campanha foi desarticulada pelo regime autoritário do governo civil-militar, sob alegação de que o Nordeste estava virando comunista. Seus líderes foram perseguidos e presos, inclusive o próprio prefeito. Ademais, uma série de documentos e materiais didáticos foram destruídos, assim como foram aniquilados também os sonhos de milhares de potiguares que não tiveram o prazer e a alegria de aprender a ler ou de se preparar para ter uma profissão digna.

Maria Francisca rememora que muito contribuiu com a educação profissional da juventude de então, pois já era, àquela altura, muito habilidosa artisticamente e tinha visão empreendedora. Sua prática em sala de aula também contribuía para conter a evasão escolar, pois ela sabia que a recreação e a ludicidade eram ferramentas importantes no currículo escolar. A professora descreveu a estrutura do Acampamento Escolar, coincidindo sua fala com os escritos de Moacyr Góes, quando o estudioso sublinha:

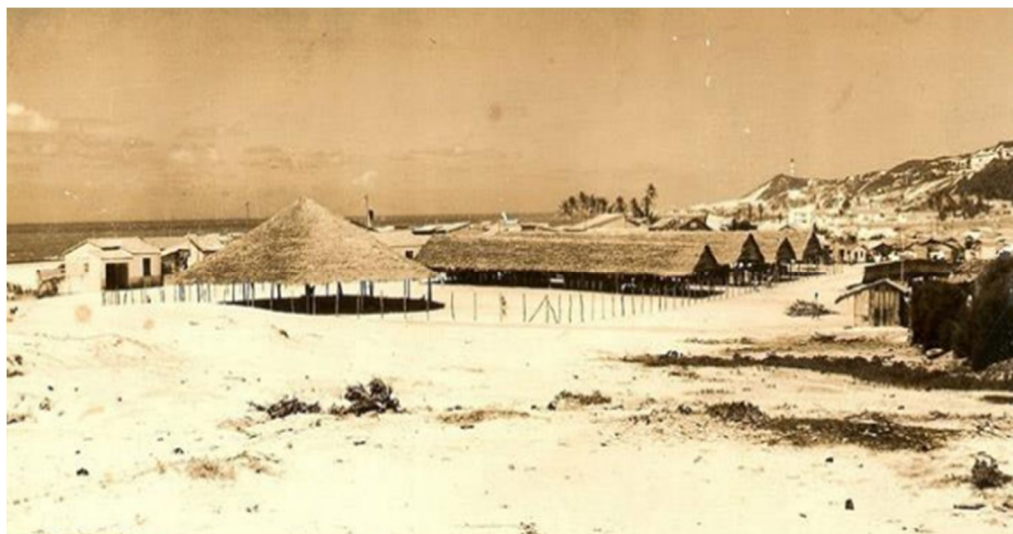
Um Acampamento Escolar é integrado de vários galpões de 30m x 8m. Nesse conjunto há, sempre, um galpão circular destinado às festividades do bairro, às reuniões do círculo de pais e professores, à recreação infantil, e funciona como uma espécie de teatro de arena para exibições de autos folclóricos (GÓES, 1980, p. 68).

Era nesse galpão circular (Imagem 6) que Maria Francisca gostava mais de ficar, pois nele era possível propor atividades criativas, lúdicas, e cativantes à juventude empobrecida das Quintas, capazes de mobilizar o corpo todo.

Eu sempre gostei de brincar, de fazer teatro, do jogo de faz de conta. E isso é fundamental para despertar na meninada o prazer e a alegria de aprender, de permanecer na escola. Você já observou que os meninos detestam a sala de aula, mas adoram a escola? É que as salas não são propositivas e os meninos ficam muito tempo sem fazer nada, apenas copiando. Isso não é bom para ninguém! (relato de Maria Francisca, colhida pelo autor deste texto em 12/06/2022).

Esse relato destaca a crítica da professora sobre as dinâmicas de sala de aula; entretanto, evidencia sua inclinação à recreação e à ludicidade, pois era por meio do fazer expressivo, do artesanato e da arte dramática que ela provocava seus alunos. “*Esses momentos eram cheios de possibilidades pedagógicas, sendo possível improvisar, inventar, criar o novo através do jogo de faz de conta*” (Idem). Os jogos teatrais sempre estiveram presentes na vida profissional da professora e as brincadeiras eram constantes no seu entorno: cantigas e danças populares, pastoril, lapinha e autos de natal, além de reisados e grupos folclóricos em geral serviam de nutrição estética não só à professora, mas também aos seus alunos e alunas, porque ela propiciava a todos a fruição da cultura popular, pois “era o que se tinha disponível” (ibidem), conclui.

Imagem 6: estrutura do Acampamento da Escola das Rocas.



Fonte: acervo pessoal da professora.

A estrutura física do acampamento escolar contava com vários galpões cobertos com palha de coqueiro e destinados às salas de aula. Não existiam divisórias internas ou paredes externas para deixar o local hermético, havia apenas uma armação de madeira que suportava o quadro-de-giz e um quadro de avisos. Obviamente, os banheiros foram construídos seguindo outros critérios arquitetônicos.

José Willington Germano destaca que uma das estratégias dos Acampamentos Escolares era a democratização da cultura, contribuindo para a superação do analfabetismo. Em seus termos, o estudioso assegura que

A criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a representação de peças teatrais, isto é, redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo

participava efetivamente e não apenas assistia como mero expectador (GERMANO, 1989, p. 102-103).

Depois desse início desafiador no campo da Educação, já encarando uma Campanha tão grandiosa como foi a do Plano de Erradicação do Analfabetismo do governo Djalma Maranhão, Maria Francisca precisou se afastar do Projeto no final de 1963 pois, com a sua formatura na Escola Normal, foi nomeada professora no Município de Natal e assumiu uma turma na Escola Estadual Professora Isabel Gondim, localizada no bairro das Rocas. Ela aproveitou a experiência acumulada no tempo em que ficou na Campanha para continuar avançando com as suas práticas pedagógicas e com a difusão dos valores artísticos e estéticos, mas, acima de tudo, com uma atitude ética, responsável e cidadã de respeito às diversidades culturais que permeiam a vida no contexto popular. Desta maneira, ela continuou contribuindo com o avanço da Educação potiguar.

A legislação no início da carreira docente da professora potiguar

A legislação que marcou a década de 1960 para o Ensino de Arte estava ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 4.024, de 1961, que estabeleceu as novas diretrizes da Política Educacional Brasileira. Esta normativa trazia em seu escopo as orientações para alterar os contornos da matriz curricular em vigor no Brasil, redefinindo o seu desenho, pois as escolas de Educação Básica deveriam deixar para trás um programa que abrangia componentes curriculares como Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico, ainda atrelado à pedagogia tradicional, para ganhar caráter optativo no currículo escolar a partir de 1961, com a promulgação da LDB nº 4.024/61, conforme determina o artigo 38, inciso 4º, quando rezava que as artes na escola deveriam ser compreendida como “atividades complementares de iniciação artística” (BRASIL, 1961, p. 1). Desta maneira, o campo da Arte ficava a serviço dos demais componentes curriculares, pois não estava vinculada a uma área específica do currículo escolar.

As lideranças do país tinham a crença de que era preciso educar para atender às conveniências do mercado de trabalho e, para tanto, valorizavam os processos de industrialização e o desenvolvimento econômico, conforme apurou Ferraz e Fusari (2009), aproximando o currículo escolar das noções que remetiam ao avanço, como a ideia de modernidade e de tecnologia. Não é por acaso que “a tendência tecnicista apareceu no exato momento em que a educação é considerada insuficiente no preparo de profissionais, tanto de nível médio quanto de superior, para atender o mundo tecnológico em expansão” (FERRAZ e FUSARI, 2009, p. 39). Para essas estudiosas, o professor era considerado um técnico no processo de ensino-aprendizagem, cabendo a ele apresentar um competente planejamento do seu curso, pois elementos essenciais como objetivos, conteúdos, estratégias, técnicas, avaliação, deveriam estar interligados. Para as estudiosas, “o que está em destaque é a própria organização racional, mecânica, desses elementos curriculares que são explicitados em documentos, tais como os planos de curso e de aulas” (*idem*). Se o professor tinha um

papel claro no processo pedagógico, ele não podia perder de vista o seu objetivo, que era “estabelecer mudanças nos comportamentos dos alunos que, ao ‘saírem’ do curso, devem corresponder aos objetivos preestabelecidos pelo professor, em sintonia com os interesses da sociedade industrial” (*ibidem*).

Depois de formada no Curso Normal em 1963, Maria Francisca foi nomeada professora pelo seu conterrâneo, o então governador Aluísio Alves, em 1964, e foi atuar na Escola Estadual Professora Isabel Gondim (Imagem 7). Ela rememora que no início de sua carreira profissional o Ensino de Arte na Educação Básica do Rio Grande do Norte era reduzido ao desenho livre ou aos trabalhos alusivos às comemorações cívicas ou religiosas (de cunho cristão). A professora relembra que nesses tempos, “a escola já adorava as datas comemorativas e a gente tinha que fazer as atividades da páscoa, do dia do índio, do São João, uma dança, uma lenda, o que fosse... Era assim o ano inteiro. [...] A escola cobrava isso porque as crianças gostavam e agradava muito aos pais” (relato de Maria Francisca ao autor, colhido em 12/06/2022).

Imagem 7: Com estudantes da E. E. Isabel Gondim, depois de desfile cívico - 1964.



Fonte: acervo pessoal da professora.

Por esse relato da professora, é possível refletir sobre o Ensino de Arte que era destinado às classes populares nas escolas de nível básico do Rio Grande do Norte, pois a arte era reduzida a uma atividade recreativa, abrangendo o desenho livre ou outra atividade que considerasse a sugestão de temas - religiosos, cívicos, folclóricos - com vistas a envolver as crianças em situações que não as desagradassem, objetivando a chancela dos pais.

A pesquisadora Ana Mae Barbosa considera que a aula de arte pode até ser um momento de prazer, mas isso não significa que não haja um trabalho intelectual. Para esta estudiosa, depois da intervenção militar de 1964, “a prática de arte nas escolas públicas

primárias foi dominada, em geral, pela sugestão de tema e por desenhos alusivos a comemorações cívicas, religiosas e outras festas” (BARBOSA, 2008, p. 8).

A noção de “desenho-livre” estava atrelada à ideia de “livre-expressão” que era um conceito modernista, difundido no Brasil por artistas como Anita Malfatti e Mário de Andrade. Para Ana Mae Barbosa, “a ideia de livre-expressão, originada no expressionismo, levou à ideia de que a Arte na educação tem como finalidade principal permitir que a criança expresse seus sentimentos e à ideia de que a Arte não é ensinada, mas expressada” (BARBOSA, 1985, p. 45).

Essa concepção ainda era muito propagada nos anos de 1960 no Rio Grande do Norte e partia da crença de que para a criança desenvolver sua imaginação criativa era preciso não trabalhar com atividades orientadas, pois isto seria uma interferência maléfica ao desenvolvimento do seu potencial criativo. Neste caso, o papel do professor de arte era restrito à observação da expressividade do aluno e a motivá-lo a se expressar cada vez mais, pois orientar processos criativos poderia ser confundido com reprimir a criatividade da criança.

Devido à precariedade das instituições escolares e à carência de professores no Estado, os quadros de profissionais das escolas eram formados em grande parte por professores leigos, ou seja, independente do que rezava a legislação, o que acontecia no chão da maioria das unidades de ensino não era o ideal, mas o que era possível fazer com os recursos materiais e humanos disponíveis. Somava-se a isso o fato de a arte praticada no contexto escolar ser estigmatizada e cercada de preconceito por ser um trabalho manual, considerada pela burguesia como uma atividade menor. No entendimento de Ana Mae Barbosa, “o preconceito contra a atividade manual teve uma raiz mais profunda, isto é, o preconceito contra o trabalho, gerado pelo hábito português de viver de escravo” (BARBOSA, 1978, p. 27). Para a estudiosa, herdamos uma concepção de arte que foi criada pelo “homem livre, ignorante em matéria de arte”, pois as criou devido ver a atividade artística “ser exercida pelos escravos” (*idem*).

O Ensino de Arte, portanto, encontrava-se preso, nos anos de 1960, a uma concepção pedagógica que seguia tendência tecnicista. Esta era difundida pelos políticos liberais brasileiros que perseguiram o ideário norte-americano de desenvolvimento industrial e, por isso, se aproximava de uma educação para a classe trabalhadora mais voltada para o treinamento da mão de obra, a fim de qualificar o trabalho para garantir geração de lucro e riqueza à burguesia. Na escola de nível médio, era priorizada a iniciação do aluno nas artes aplicadas, adequadas à idade e ao sexo.

Considerações finais ou novos horizontes que se abrem

Quando abri o baú de guardados da professora de Arte Maria Francisca Moreira e me deparei com o seu acervo pessoal, repleto de documentos escritos e emitidos por órgãos da administração pública, bem como de registros iconográficos e que foram produzidos, selecionados e preservados pela professora ao longo de sua carreira docente, iniciada em

1963, logo percebi que era possível estabelecer um diálogo entre aquelas fontes e a História do Ensino de Arte no Rio Grande do Norte. Para tanto, compreender a noção de Memória e Identidade era fundamental, pois é sabido que a história se liga à memória e esta não é apenas individual, na medida em que revela também a identidade de um grupo social.

À medida que se problematiza o papel do acervo pessoal da professora de Arte, percebo como este pode contribuir com a História do Ensino de Arte. O conjunto documental de Maria Francisca permite acessar e tensionar aspectos de sua biografia, principalmente aqueles ligados às suas memórias docentes, sendo possível observar como foi sendo construída sua identidade de professora de arte junto as Redes Públicas de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal. Os documentos pesquisados se somaram às lembranças e recordações trazidas pela angicana, por meio de longas conversas, que foram possíveis graças aos laços de amizade e à aproximação familiar que mantemos. Desta maneira, utilizamos a memória para construir uma narrativa ancorada na realidade factual e contextual.

Em última instância, estes são os dados iniciais de uma investigação que se inicia, pois diversos documentos do acervo da professora ainda precisam ser estudados e aproximados da legislação que vigorava no período de sua emissão, o que pode suscitar novas discussões sobre a História do Ensino de Arte no contexto potiguar. A professora exerceu sua profissão durante quatro décadas, por isso, nos limites deste artigo, buscou-se evidenciar, mesmo que sucintamente, suas experiências vivenciadas como estudante ao longo do seu ensino secundário, o que na atualidade corresponde ao Ensino Médio. Ganhou destaque o início da carreira profissional ainda como aprendiz, quer dizer, na condição de monitora, de “professorinha da prefeitura” de Natal junto à Campanha “De pé no chão também se aprende uma profissão”, até o momento em que assumiu sua primeira turma, em 1964, na Escola Estadual Isabel Gondim, como professora polivalente. Os estudos mostram que houve avanços ao longo do tempo no campo educacional no Estado, mas ainda estão aquém do que seria o ideal, pois os desafios no enfrentamento ao fracasso e à evasão escolar, bem como ao analfabetismo, ainda persistem, especialmente nas zonas mais vulneráveis da sociedade.

Quanto ao Ensino de Arte, a História também registra avanços, muito embora as políticas de formação de professores de Arte precisam ser revistas, pois existe uma tendência de formação concentrada nos grandes centros urbanos, leia-se, nas capitais dos estados e nas grandes cidades litorâneas, com pouco ou nenhuma cobertura no continente, no interior do Brasil, como é o caso do interior do Rio Grande do Norte, em que as instituições formadoras não oferecem cursos de Arte de maneira presencial para atender as demandas represadas de professores.

Fontes:

Acervo documental da professora Maria Francisca Moreira
Diplomas; certificados; livros; iconografia etc.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: conflitos/acertos**. 2. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 1985.

_____. **Arte-Educação no Brasil: das origens ao modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Ensino de arte: memória e história**. Ana Mae Barbosa (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: Acesso em 13 jan. 2022.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CANDAU, JOËL. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Vicente Vitoriano Marques. **Newton Navarro: um flâneur na direção da arte e da pedagogia da arte no Rio Grande do Norte**. (Tese de doutorado). Natal: UFRN, 2003.

CERTEAU, Michel de. **O lugar do outro**. História religiosa e mística. Petrópolis: Vozes, 2021.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Campinas: Unicamp, 2000.

FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo: a Campanha de Pé no Chão**. Natal: Palumbo, 2010.

GÓES, Moacyr de. **De pé No Chão Também se Aprende a Ler: 1961 – 1964 uma escola democrática**. Natal: Palumbo, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVAO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEGRINE, Airton. O lúdico no contexto da vida humana: da primeira infância a terceira idade. In: **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. (Org.) Sandra Marli Pires dos Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.